



VII CONGRESSO ÉTNICO-RACIAL  
XIV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES  
ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS



**HISTÓRIA DA ÁFRICA NA FORMAÇÃO DOCENTE: propostas para o  
Curso de Geografia.**

**Regina de Souza Teixeira**

regina.souza@uemg.br  
Universidade Estadual de Minas Gerais

Considerada como uma ferramenta estratégica para o combate ao racismo na sociedade brasileira, a Lei 10.639/03, proporcionou a elaboração de um novo cenário no campo educacional ao obrigar a inserção da história afro-brasileira no ensino básico. Para além de mudanças curriculares, o que já foi extremamente significativo, esta lei, oportunizou correções das imagens e narrativas equivocadas e distorcidas sobre o povo negro. Sendo também importante no resgate e construção da história da negritude, destacando a valorização, reconhecimento e sua potente contribuição para a constituição deste país.

No ano de 2008, houve a alteração do texto com a inclusão da temática indígena (Lei 11.645/08), representando uma grande conquista dos movimentos sociais por inserir uma série de questões relevantes a invisibilidade e preconceito aos povos originários, além de proporcionar a este grupo o lugar de sujeitos históricos integrantes da formação da sociedade brasileira.

Com a finalidade de efetivar as propostas apresentadas pelas legislações, várias iniciativas foram concretizadas no processo de implementação, tais como a produção de pesquisas científicas, confecção de materiais didáticos, criação de cursos de formação continuada, publicação de livros, bem como a elaboração de políticas públicas e produção de recursos midiáticos. No viés da efetivação de ações direcionadas ao trabalho da temática racial, foram inseridos nos cursos de formação docente das Instituições de Ensino Superior conteúdos ligados à história da África e afro-brasileira, destacando-se a importância destes para a atividade do cotidiano educacional. Tal inserção correspondeu ao que fora definido, em 2004, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, ao estabelecer a inclusão da



# VII CONGRESSO ÉTNICO-RACIAL XIV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS



discussão da questão racial integrada aos currículos dos cursos de licenciaturas (Brasil, 2004:23).

Segundo Nogueira (2016), promover os estudos e as discussões sobre a temática racial é permitir a inclusão de temas historicamente marginalizados pela escola, contribuindo para o embate da reflexão sobre as desigualdades e dando um novo significado às contribuições de indígenas e negros no cenário nacional.

Neste sentido, este trabalho é um relato da experiência do ensino das questões raciais no Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Minas Gerais no campus Frutal, que se propôs como objetivo central analisar o cumprimento das legislações referenciadas, destacando alguns desafios para execução e realização desta proposta.

Com a finalidade de apresentarmos esta experiência, nos ancoramos na abordagem qualitativa por meio dos estudos bibliográficos e na análise de documentos norteadores, como o plano de ensino da disciplina e o Projeto Político do Curso (PPC), disponibilizados aos graduandos.

A licenciatura em Geografia na Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) unidade, Frutal, foi criada em 2007, com objetivo de formar professores para o ensino fundamental e médio, propiciando a estes a compreensão do processo dinâmico existente entre sociedade e natureza, com a aplicação de conhecimentos tanto geográficos como pedagógicos, dando aos discentes competências que os levem a uma formação cidadã participativa. Ao longo de sua trajetória, 04 PPCs foram apresentados, sendo o primeiro para aprovação do curso; um segundo documento organizado em 2010; o terceiro em 2016, sendo a proposta vigente; e uma nova atualização que está sendo discutida para inclusão do bacharelado em 2023.

Considerando a importância do ensino de Geografia para o entendimento da dinâmica dos espaços produzidos e transformados pelo homem, e pela relevância numa formação mais crítica de estudantes, percebe-se a necessidade de um trabalho eficaz para o entendimento das relações raciais, seus estudos e avanços, para os alunos identificarem as necessidades emergentes da sociedade brasileira.

Apesar de termos um curso com uma história de mais de 10 anos de existência e posterior a Lei 10639 e suas diretrizes, a disciplina *História da cultura afro-brasileira e africana* passou a ser oferecida apenas no ano de 2017, seguindo a alteração feita no PPC para



# VII CONGRESSO ÉTNICO-RACIAL

## XIV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS



adequação as novas legislações de formação docente e atendendo os discursos das diversidades.

Segundo Silva (2013), esta ausência nos remete aos enfrentamentos de resistências silenciosas que acontecem nos ambientes escolares, e a temática racial, devido a inúmeros fatores, segue numa proposta de invisibilidade nos currículos, mesmo sendo obrigatória.

Ao analisarmos o plano de ensino da disciplina, verificamos como aspecto positivo a proposta do desenvolvimento de um trabalho que se volte para a compreensão da cultura afro-brasileira e da necessidade de ressignificação, reconhecimento e valorização desta na diversidade cultural do país. Tal proposta reflete ao que é apresentado nos textos legais e estudos sobre a questão racial, demonstrando a preocupação inicial numa discussão real e necessária dos conteúdos.

A ementa da disciplina está focada na história da África (pré-colonial, colonização e diáspora); a escravidão negra no Brasil; o processo de independência; cultura afro-brasileira; a Lei 10.639/03 e sua implementação; comunidades negras no Brasil e desafios da contemporaneidade. É possível considerar que estes tópicos buscam atender aspectos essenciais para os licenciandos compreenderem melhor as influências e impactos de elementos histórico-culturais essenciais ao entendimento desta temática.

Ao avaliarmos o PPC vigente, percebemos que apenas duas disciplinas do quadro curricular possuem carga horária menor, 36 horas, sendo a História da cultura afro-brasileira e africana uma delas. As demais disciplinas possuem 72 horas para serem distribuídas ao longo do semestre. Ao considerarmos a importância desta abordagem para a compreensão da nossa sociedade (num curso de Geografia), é evidente a inquietação sobre os parâmetros de escolhas do tempo e espaço curricular definidos.

Verificamos que a proposta metodológica da disciplina apresenta uma abordagem teórico-vivencial, por meio de atividades interativas e considerando os conhecimentos prévios dos estudantes, com a ênfase em uma prática dialógica. Além desse aspecto, destacamos utilizar recursos didáticos relevantes, como mapas, fontes históricas, filmes, imagens e dinâmicas de sensibilização.

Quanto à bibliografia apresentada, observamos que no PPC há a utilização de 05 obras, com textos mais antigos que apresentam as discussões mais iniciais sobre as discussões raciais. Esta defasagem teórica se justifica na orientação de que apenas livros que tenham seus



# VII CONGRESSO ÉTNICO-RACIAL

## XIV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS



exemplares na biblioteca da universidade podem ser indicados. Desta forma, consideramos a necessidade de aquisição de novas e atualizadas referências bibliográficas. Porém, ao compararmos a bibliografia do PPC com a do plano de ensino apresentado aos universitários, constatamos que existe uma quantidade satisfatória de textos atualizados, com referências de pesquisadores africanos e autores brasileiros que bem abordam o tema em discussão.

Em virtude da experiência relatada, nossas considerações finais destacam que a inclusão de uma disciplina específica no curso para o preparo do futuro professor na abordagem da história e cultura afro/afro-brasileira e indígena aconteceu tardiamente, uma vez que os documentos legais já orientavam para esta inserção um pouco mais de uma década.

Nos PPCs analisados não há o cumprimento da obrigatoriedade da temática indígena, sendo esta uma proposta para o novo documento. Esta atitude favorece a perpetuação da invisibilidade, desvalorização e desconhecimento da história e cultura dos povos originários, conforme preconiza as diretrizes que orientam esta discussão. (BRASIL, 2012)

Por meio dos documentos analisados entendemos que existe uma proposta de trabalho comprometida com a disseminação de conteúdos significativos e necessários, que há a preocupação em ressaltar o estudo da diversidade africana, a valorização de sua história e compreensão destes aspectos para o entendimento da sociedade brasileira na atualidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana.** Brasília: SECAD/ME, 2004.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena.** Brasília: CNE/CEB, 2012.

NOGUEIRA, A. M. R. A Educação das Relações Raciais no currículo dos cursos de Licenciatura em Geografia de Santa Catarina. In: XVII Encontro Nacional de Geógrafos, 7., 2016, São Luís. **Anais** do XVII Encontro Nacional de Geógrafos, Universidade Federal do Maranhão, 2016. Disponível em:

[http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468273245\\_ARQUIVO\\_eng2016.pdf](http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468273245_ARQUIVO_eng2016.pdf)

Acesso em 01 de Nov. 2022.

SILVA, P. B. **10 anos da Lei N° 10.639/2003** – Um olhar crítico - reflexivo. 2013.



VII CONGRESSO ÉTNICO-RACIAL  
XIV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES  
ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS



UEMG. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia** da Universidade Estadual de Minas Gerais unidade Frutal. Anos: 2007, 2010, 2016.